

**DESPESAS** Segundo dados da SPU/BA, são 685 mil imóveis pertencentes à União e sem uso

# União tem imóveis desocupados em 75 municípios da Bahia

ROY ROGERES  
A TARDE BA

Dados fornecidos pela Superintendência do Patrimônio da União da Bahia (SPU/BA), secretaria vinculada ao Ministério da Economia, apontam que há 685 mil imóveis pertencentes à União cadastrados em todo o País.

Deste total, 20.305 estão desocupados, ou seja, sem utilização efetiva. Só na Bahia são 32.874, e 1.023 imóveis sem ocupação. Os municípios de Vera Cruz, com 423, Itaparica - 353, e Salvador - 58, encabeçam a lista das cidades com maiores números de imóveis ociosos no Estado.

Dentre os tipos de equipamentos dispostos que atualmente não têm registros, cujo proprietário é a União, por meio da Administração Pública Federal Direta, estão terrenos, galpões, estacionamentos, casas, edifícios, andares, fazendas, parques, usinas, complexos, autarquias, e armazéns. Estes equipamentos agregam diversas conceituações: Marinha, Marginal de Rio com Acrescido, Acrescido de Marginal de Rio, Marinha com Acrescido, Marinha com Nacional Interior, Nacional Interior.

**Os municípios de Vera Cruz e Itaparica encabeçam a lista das cidades no estado**

**Somente em Salvador, são 58 imóveis em situação de abandono e sem uso**

Conforme relatório disponível para consulta no site da SPU/BA, 75 cidades baianas possuem imóveis da União desocupados, com destaque para os municípios de Vera Cruz, Itaparica, Salvador e Lauro de Freitas, onde estão localizados grande parte dos imóveis. Além destas, é possível encontrar imóveis em

O antigo prédio do DNIT, na capital, é um dos imóveis abandonados



Raphael Muller / Ag. A TARDE

igual situação nas cidades de Água Fria (1), Anguera (1), Arataca (1), Aurelino Leal (1), Barra (2), Barreiras (1), Barro Preto (1), Brumado (1), Belmonte (1), Bom Jesus da Lapa (4), Buerarema (1), Camacan (1), Coaraci (1), Cruz das Almas (1), Gandú (3), Gangogi (1), Ibicarai (1), Ibirapitanga (2), Ibirapuá (1), Ibirataia (1),

Ibotirama (1), Ipiáu (4), Itaberaba (3), Itajuípe (1), Itamarajó (2), Itapebí (1), Itoioró (1), Juazeiro (1), Jussari (1). A mesma situação é possível encontrar em outros diversos municípios do Estado. Na capital, 58 imóveis estão sem ocupação.

Questionada sobre as maiores dificuldades en-

frentadas pela pasta para que estes imóveis possam ser revitalizados, recuperados, e, por conseguinte, utilizados para algum fim efetivo; projetos e ações para ocupação, cuidados, limpeza, supervisão de segurança e possíveis riscos para a população, além de previsão para ocupação dos mesmos,

a SPU/BA informou, em nota, que a destinação desses imóveis está em estudo pela SPU, e "quanto aos demais questionamentos, devido ao atual momento de montagem da nova estrutura do Ministério da Economia, não poderemos responder dentro do detalhamento solicitado".

## Dados do Estado e prefeitura são incompletos

A Secretaria da Administração do Estado (Saeb) não detém os dados totais sobre os imóveis desocupados do Estado. Segundo a pasta, porque a gestão do patrimônio público é compartilhada com os órgãos da administração direta. "Os órgãos dos outros poderes, além das entidades da administração indireta (empresas, autarquias e fundações) possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, podendo, assim, dispor sobre a utilização dos imóveis de acordo com suas necessidades e conveniências. Sendo assim, a gestão desses imóveis é descentralizada, cada entidade administra, conserva e faz a guarda dos seus bens", diz a Saeb, em nota.

Conforme a assessoria de

comunicação da pasta, a Saeb, por intermédio da Superintendência de Patrimônio do Estado (Sapat), tem as atribuições de apoiar as entidades na gestão dos bens com a normatização, padronização de procedimentos e atos para administrar os imóveis, e afirmou que dados estatísticos demonstram que os imóveis desocupados representam cerca

**O Estado arrecadou, em 2018, R\$ 6,7 mi com o leilão dos imóveis sem uso**

de 5% do total dos bens imóveis do Estado. Destes, 17% estão situados na capital. O restante está localizado no interior do Estado, sendo que boa parte é composta por terrenos e áreas rurais.

A Saeb diz, ainda, que os números de imóveis desocupados oscilam conforme a demanda das entidades estaduais por espaços. "Toda vez que uma entidade estadual pretende alugar um imóvel, a Saeb consulta os órgãos sobre os imóveis desocupados. Caso um imóvel vazio atenda aos requisitos do órgão interessado, a hipótese de aluguel é descartada".

Dentre os critérios avaliados estão metragem, localização, número de cômodos, e divisões internas. Já os principais empecilhos para

a reutilização dos imóveis desocupados estão relacionados a tombamento por órgãos de preservação de patrimônio histórico, restrições ambientais e questões judiciais.

A pasta ressaltou que os imóveis em desuso sem perspectiva de serem utilizados pelo Estado são leiloados pela Saeb, e que, em 2018, o leilão de bens imóveis resultou em uma arrecadação de aproximadamente R\$ 6,7 milhões, revertidos para o Fundo de Previdência do Estado.

**Prefeitura de Salvador** Com o intuito de prevenir ocorrências como a registrada no dia 1º de maio do ano passado, no edifício Wilton Paes de Almeida, no Centro de São Paulo, ocupado irre-

gularmente por 372 pessoas (146 famílias), que incendiou e desabou em seguida, a Prefeitura de Salvador informou que a Codesa deu início ao levantamento de construções nas mesmas condições na capital baiana, e, até o momento, foram identificadas e vistoriadas 16 construções, sendo seis desocupados e dez ocupadas, onde, além de problemas estruturais, os profissionais do órgão identificaram potenciais riscos de incêndio. Não foram apontadas, entretanto, quais as ações tomadas após as respectivas constatações de perigo iminente.

Em 19 de dezembro, a prefeitura realizou, segundo informa, a última vistoria do ano de 2018 em imóvel na rua Marquês de Queluz, em

Pituaçu. Dia 15 de janeiro foi vistoriada edificação na rua Gilberto Amado, em Armação. Segundo a prefeitura, novas vistorias estão programadas.

Especificamente sobre a quantidade de imóveis desocupados de posse do município, ou que foram repassados através da União, a prefeitura declarou não possuir dados referentes. A assessoria de comunicação estima, inclusive, ser necessário o prazo de um ano para que a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) consiga realizar e concluir um levantamento.

Questionados quanto aos valores gastos com aluguéis de imóveis, tanto o governo do Estado quanto a Prefeitura de Salvador não forneceram informações.

### INFORME PUBLICITÁRIO

#### INCRÍVEL - TRISTEZA

JOSE MENDONÇA  
joseandremendonca@hotmail.com  
Promotor afirmou que a barragem construída para lavar minério não atendeu as exigências necessárias, não foi encontrado projeto executivo.

O governo leilou a Vale, a direção que assumiu demitiu quatrocentos funcionários desnecessários, empurrou imposto por parlamentares, é comum, ou interesses eleitorais do governo. Administração que fismos, leilou de dois mil e um a dois mil e oito, exemplo para o Brasil, também a de dois mil e dezessete até o momento, uma mulher.

Ilustre 1, dois mil e nove a dois mil e dezessete, eleições corrupção eleitoral, boca de urna. Confiança Polícia Federal continue audição contas, também nosso período para comparar, mostrar ao Brasil.  
Reforma política, dividir estados dozes territórios, território eleger seu deputado federal, quatro estaduais, representante o território; senadores, seis, representaram o estado.  
Necessário um Congresso forte, municípios representados, deputados, Estados pelos senadores, com planejamento, projeto executivo, orçamento com cronograma de obra e desembolso financeiro. O atual presidente está determinado a governar com o Congresso, seriedade, transparência.  
Eleição de dois em dois anos está substituindo planejamento e seriedade. Reeleição substituir por mandato de seis anos. Executivos que não alcançaram boa administração, nova eleição. Faltou seriedade, indiferença do parlamentar à corrupção, perda mandato. Dessa forma maioria se voltará para responsabilidade cargo, pensar na sua região, estado, país, desenvolvimento, estabilidade econômica.  
NO FACEBOOK OS ASSUNTOS SÃO DETALHADOS: JOSE A. MENDONÇA.

## Tragédia sem ideologia



**Eliane Cantanhêde**  
Jornalista

Em entrevista à Rádio Eldorado, o ministro Ricardo Salles disse que o meio ambiente "não é questão de direita e esquerda" e "não pode ser capturado por barreiras ideológicas". Quem haveria de discordar? O ministro tem toda razão, mas nem por isso deixou de jogar pedradas críticas sobre a esquerda.

Segundo ele, a esquerda tem mania de se apossar da defesa do ambiente como se fosse a única preocupada com a preservação do planeta, mas, ora, ora, tanto a tragédia de Mariana quanto a de Brumadinho ocorreram ou durante ou em seguida aos governos da petista Dilma Rousseff em Brasília e Fernando Pimentel em Minas.

Logo, o ministro não quer

que a discussão seja entre esquerda e direita, mas ele bem que deu um empurrãozinho para que assim seja. E lembrou que, logo no início, o presidente Jair Bolsonaro sobrevoou a região mineira e sete ministros foram pessoalmente lá. Tomara que esse empenho no calor dos acontecimentos decante em medidas realmente eficazes. Já imaginaram uma terceira Mariana?

Quem também foi pessoalmente a Brumadinho foi ex-ministra Marina Silva, que é uma das principais referências brasileiras do setor no cenário internacional, mas foi bastante criticada por omissão no desastre de Mariana e desta vez ficou esperta.

Em outras palavras, ela também disse à Rádio Eldorado que a questão não é de direita ou esquerda e apontou o dedo em várias direções. Segundo Marina, "é um erro demonizar os agentes ambientalistas" e há três culpados no rompimento de represas: a ganância do se-

tor privado, a falta de ética na política e a flexibilização oportunista de regras pelo setor público.

Como ministra de Lula, e ainda no PT, Marina viveu intensos debates e embates com Dilma, chefe da Casa Civil. Uma exigia rigor nos licenciamentos e na fiscalização. A outra, pretendendo-se mais pragmática, queria apressar licenças e agilizar empreendimentos.

A questão central, portanto, não é ideológica, é o velho embate entre ambientalistas, chamados de "puristas" (ou "sonháticos"), e os que defendem "passar o trator" e dar toda a prioridade a represas, plantações, pecuária. O "desenvolvimento" a qualquer custo.

Como novo ingrediente, o governo Bolsonaro demonstra desdém pelo meio ambiente, quase empurrou a pasta para a Agricultura e abriga um chanceler que acusa o "ambientalismo" de ser uma espécie de facção da esquerda mundial para destruir o Ocidente.

Para Marina, Brumadinho é um alerta para o governo Bolsonaro, que "sucateou e diminuiu o ministério de alto a baixo". Ela

exemplificou: a Agência Nacional de Águas e o Serviço Florestal saíram da pasta e os contratos com ONGs ambientalistas foram suspensos. E cutucou: "Pela primeira vez um ministro do Meio Ambiente assumiu com dis-

**Tomara que esse empenho no calor dos acontecimentos decante em medidas realmente eficazes**

**Utopia? Pode ser. Mas não há alternativa: é salvar ou salvar o futuro da humanidade**

curso de interesse dos ruralistas".

Para Salles, o alerta é "para toda a sociedade". Mas, com tantos mortos e centenas de desaparecidos, que Brumadinho sacuda os poderosos, provoque debates, gere punições e, sobretudo, lembre a todos, principalmente ao novo governo, sim, que Meio Ambiente não é uma questão supérflua, dilettante nem coisa de esquerdotapas. Assim como mata pessoas e destrói famílias inteiras, ameaça o próprio futuro do planeta e da humanidade.

Discutam muitos senhores e senhoras de esquerda e de direita, mas que o setor privado não privilegie a ganância em detrimento da vida, os governos não flexibilizem regras para favorecer negócios e os políticos tenham ética e respeitem seus mandatos e seus eleitores.

Utopia? Pode ser. Mas não há alternativa: é salvar ou salvar o futuro da humanidade. Quem ameaçá-lo e quem for culpado por tragédias e mortes não apenas deve, mas tem de ser punido pesadamente. Aliás, e os culpados por Mariana, por onde andam?